

O novo sempre vem: em defesa do uso de IA em ambientes escolares¹

Laura Rebouças Vasconcelos²

Simone Bacellar Moreira³

Resumo:

Este artigo propõe o uso ético da Inteligência Artificial (IA) na educação básica. Baseando-se no conceito de *fair use*, comprehende a tecnologia como uma ferramenta vanguardista capaz de ampliar a qualidade do ensino, desde que bem utilizada. No século XIX, Machado de Assis demonstrou a sua resistência à inovação ao escrever “O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” (Assis, 1859), o que ilustra o medo da inovação como algo defendido por uma parcela dos intelectuais, todavia um posicionamento que sempre termina por ficar datado: o receio do autor não cabe na atualidade, afinal o livro e o jornal passaram a coexistir como suportes com fins distintos. Belchior (1976) criou a canção *Como Nossos Pais* e Elis Regina a interpretou, de forma a nos relembrar que “o novo sempre vem”: o receio da novidade não deve ser maior que a curiosidade em explorar novas possibilidades. São apresentadas e discutidas as possibilidades de uso da IA para aliviar a sobrecarga docente, personalizar o conteúdo programático e fornecer acessibilidade aos alunos PCDs. São levantadas questões éticas como privacidade e autoria, analisadas à luz de Floridi (2013) e das recomendações da UNESCO (2023) sobre IA e educação (2021). É concluído, por fim, que a IA é uma aliada possível no processo de ensino-aprendizagem, desde que sejam respeitados princípios de responsabilidade e ética.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Educação Básica, Ética.

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Diferentemente dos outros seres organizados, o homem estende sem cessar e indefinidamente seus conhecimentos. Enquanto os animais vivem presentemente como viviam seus semelhantes, desde o princípio do Mundo, ao contrário, cada geração humana junta a alguma nova descoberta a ciência, que se lhe havia transmitido, ou, ao menos, à perfeição no seu estado preexistente dilatando mais e mais a esfera de sua útil aplicação. Assim é que o mais imperioso dos deveres do homem não pode deixar de ser a instrução daqueles que a seguem na senda da vida: é mesmo para a espécie humana não só uma obrigação moral, como uma condição inerente à sua própria existência (Rebouças, 1847).

Utilizo do trecho de Antônio Pereira Rebouças para advogar em favor do argumento de que a ânsia pelo novo é uma característica a ser valorizada, especialmente por ser uma “obrigação moral” inerentemente humana. O pai dos

1 Pesquisa feita através do financiamento da CAPES.

2Graduanda do Curso de Letras-Literaturas pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ, RJ, laurarebuccas@gmail.com

3 Professora orientadora: Doutora em Letras pela UFF, Faculdade de Formação de Professores da UERJ, RJ, simonembmoreira@gmail.com

célebres cidadãos brasileiros Antônio Rebouças e André Rebouças muito contribuiu ao país, sendo aqui destacada a sua luta contra o pior conto de terror que moldou a modernidade e criou o Brasil- a escravidão colonial. Destaco que seu posicionamento abolicionista o caracterizava como parte da vanguarda de sua época, o que demonstra o caráter transitório da hegemonia. É sempre importante, portanto, questionar o que está posto, visto que é recente a tragédia secular na qual pessoas serviam como posse legítima de outras. A atitude política de Antônio serviu como herança para os seus filhos, engenheiros que também se tornaram importantes figuras da historiografia nacional. Compartilho com carinho o sobrenome Rebouças com esses cidadãos, ao ponto de nem precisar de vínculos parentais entre mim e eles: me contento com o parentesco léxico para me orgulhar de alguma semelhança entre nós. Para além da admiração com personalidades notáveis, pontuo a comprovação dada por Pereira de que há muito o pensamento humano se dedica ao tema da novidade. Seu incentivo me serve como luz para não me amedrontar com o que surge, mas desvendar formas de convivência com as descobertas.

Também no século XIX, em “O jornal e o livro”, Machado de Assis discorreu: “O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” (Assis, 1859, p. 2). O questionamento, aparentemente simples, sintetiza o medo da substituição e a resistência natural de parte da intelectualidade à mudança. Sabe-se, em 2025, que o jornal não matou o livro: fizeram-se colegas. O livro tampouco absorveu o jornal, pois ambos os suportes de leitura passaram a coexistir com fins distintos. Destaco ainda o caminho artístico de mescla de jornal e livro, possibilidade criativa existente. Além disso, surgiram inúmeros novos aparelhos leitores: kindle, notebook, celular, televisão, computador, tablet, audiobook... são muitas as ferramentas ofertadas para acesso ao texto escrito. São variadas as opções, tudo a gosto do freguês. Assim como frequentemente acontece com receosos, Machado ficou datado em seu pavor quanto à novidade: seu temor foi ultrapassado com facilidade, não cabendo, portanto, na atualidade.

Chegando no século XX, a Música Popular Brasileira (MPB) demonstra o mesmo dilema. A canção “Como nossos pais” (1976), composta por Antônio Belchior e imortalizada especialmente pela voz de Elis Regina, atualiza o conflito entre o apego ao passado e a necessidade de aceitar o novo. Através das estrofes finais da faixa “Minha dor é perceber/ Que apesar de termos feito tudo, tudo, tudo o que fizemos/ Ainda somos os mesmos e vivemos/ Ainda somos os mesmos e vivemos/ Como os nossos pais”, Belchior e Elis entoam o desconforto

do eu-lírico frente às persistências de velhos hábitos e resistências para com transformações porvir. Destaco também os versos “Mas é você que ama o passado/ E que não vê/ É você que ama o passado/ E que não vê/ Que o novo sempre vem”, que alocam a poesia no time da vanguarda intelectual. Dentre outras coisas que aprendi nos discos, concordo que o progresso técnico e cultural não cessa; o que muda é a maneira como o acolhemos. Portanto, reescrevo os versos “Viver é melhor que sonhar” como “Viver é melhor que temer”: novidades sempre fizeram e sempre farão parte do processo existencial humano, então o melhor caminho para lidar com isso é o diálogo.

A resistência que, no passado, se voltou contra os livros digitais e o temor de que eles viessem a extinguir o livro impresso reaparece, no século XXI, sob nova forma: a inquietação diante da emergência e da popularização da Inteligência Artificial (IA). A sociedade civil se viu diante de uma revolução de tamanho comparável à invenção da imprensa e da internet, o que gerou posicionamentos inevitavelmente divididos entre fascínio e apreensão. A IA surge, concomitantemente, como promessa ou ameaça: de um lado, oferece recursos inéditos de personalização, promessas de acessibilidade e apoio no trabalho; de outro, requer discussões e regulamentações sobre autoria e privacidade de dados. Direcionando a discussão para o campo da educação básica, os debates oscilam entre o receio de substituição da mão de obra humana e a possibilidade material de melhoria na qualidade de ensino, e é justamente nesse ponto que a inteligência artificial aparece como questão incontornável do presente: ela já é parte da realidade, portanto sugiro que passe a funcionar como uma possibilidade instrumental de auxílio no processo educacional. Entre esses polos, é fundamental estabelecer a apropriação docente da IA feita com base em princípios éticos, de modo a transformar o receio em reflexão crítica e o entusiasmo em ação responsável. A discussão sobre seu uso em ambientes escolares se faz, portanto, mais do que pedagógica, sendo também filosófica e política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de uso ético da IA na educação básica evidencia um cenário de possibilidades e desafios, conforme é de se esperar acerca de toda adaptação tecnológica. O debate é iniciado na questão da autoria: sabe-se que as ferramentas de IA generativa formulam textos a partir do uso não necessariamente permitido de inúmeros textos multimidiáticos que encontram disponíveis, inclusive utilizando indevidamente de obras sem considerar as condições de seus direitos autorais. Deixo a discussão sobre IA e Arte sob a



ótica da criação de novas ferramentas, e cito o trabalho de Mayara Ferrão (2024) como exemplo de adaptação a essas novas possibilidades criativas. A artista cria novas possibilidades de mundo reescrevendo o passado: com auxílio de IAs, tece fotografias que apresentam casais de mulheres negras e/ou indígenas vivendo romances pacíficos durante períodos coloniais. Trata-se, portanto, de reconhecer a tecnologia como mediadora e não como substituta.

O uso ético da IA também requer o desenvolvimento do que Floridi (2013) denomina “alfabetização informacional ética”: isto é, a capacidade cognitiva de compreender o funcionamento, as limitações e as implicações morais das tecnologias digitais. Esse letramento é imprescindível tanto para professores quanto para alunos, para que se tenha dimensão da complexidade da IA. Se os algoritmos são treinados a partir de dados enviesados, por exemplo, as respostas tenderão a refletir tais distorções. Nesses casos, não existe a possibilidade de bom uso da plataforma. A educação tem, portanto, o dever de formar sujeitos críticos capazes de identificar a veracidade do que foi entregue, evitando a naturalização da tecnologia como “neutra” ou fornecedora de absoluta verdade. Nesse sentido, a IA pode e deve ser usada como instrumento de conscientização. Freire argumenta que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987, p. 67). No século XXI, esse “mundo” é também o digital, e a mediação tecnológica pode servir como ponto de partida para reflexões críticas sobre autoria, consumo, cidadania e desigualdade. O desafio não é evitar o uso da IA, pois isso seria lutar remar contra a maré, mas compreender suas lógicas e transformá-las em objeto de estudo e debate em sala de aula.

Prefiro ser essa metamorfose ambulante
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo

Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
(Seixas, 1973)

Utilizo, agora, dos conhecidos versos de Raul Seixas (1973) para prosseguir: “Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes/ Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante/ Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo/ Do que ter aquela velha opinião formada



sobre tudo”. Explicito que existe uma necessidade jurídica de regulamentação sobre os dados que alimentam as IAs e que essa é uma demanda urgente, mas retorno ao campo educacional por ser esse o foco do artigo. Quando um estudante se limita a usar o texto produzido pela IA, sem qualquer mediação ou reflexão, não se pode reconhecê-lo como autor, nem mesmo como coautor, já que não houve qualquer contribuição efetiva de sua parte. Todavia, se o estudante é direcionado a utilizar da ferramenta generativa para fornecer ideias, revisar um texto de sua autoria ou até escrever de forma colaborativa, então passa a argumentar em favor de algum tipo de coautoria, expandindo o conceito romântico de autoria. Vale ainda ressaltar o “efeito matilda” (Rossiter, 1993), com os inúmeros casos de homens que assinaram a autoria de descobertas científicas, mas arbitrariamente esqueceram de mencionar a ajuda de suas parceiras para alcançar aquele resultado: nunca existiram gênios apartados do *Zeitgeist*, o que me faz defender a coautoria como algo a se considerar. Concordando com Freire, que diz “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1982, p. 9), o procedimento pedagógico se faz contextualizado no mundo exterior à sala de aula: mundo esse em que a Inteligência Artificial é de uso comum.

Dentro da discussão sobre direitos autorais, surgiu no campo legal estadunidense o conceito de *fair use* (uso justo), mecanismo legal que permite o uso de obras e conteúdos para fins de crítica, ensino e pesquisa. O *fair use* serve, então, como um dos parâmetros éticos a serem considerados pelo professor quando for utilizar da IA: o docente pode recorrer às ferramentas de IA para criar materiais, revisar textos ou adaptar conteúdos, desde que preserve a autoria humana referenciada de forma adequada e não perpasso o propósito educativo.

No âmbito docente, há o uso da IA como recurso capaz de aliviar a sobrecarga de trabalho. Devido ao sucateamento da profissão, professores enfrentam jornadas extensas e baixos salários. Dividindo seu tempo entre correção de provas, preparação de aulas e sua vida pessoal, é interessante considerar a Inteligência Artificial como auxílio. A automação parcial dessas tarefas retira parte do peso da carreira, e ainda libera tempo para o que há de mais humano na educação: o diálogo, a escuta e a construção coletiva do conhecimento. Nas palavras de Floridi, “a ética da informação começa onde termina a inocência digital” (2013, p. 62), ou seja: o uso consciente da IA não dispensa o trabalho do professor, mas o complexifica. A tecnologia torna-se aliada quando utilizada com consciência crítica.

Outro benefício relevante está na possibilidade de personalização do conteúdo programático. Sistemas inteligentes podem ajudar a identificar os bônus e os ônus específicos de cada estudante e/ou de cada turma, sugerindo percursos de aprendizagem outros. Essa

adaptação representa uma oportunidade para concretizar o ideal freiriano de uma educação voltada ao sujeito, pois centra o ensino nas singularidades do aluno e considera sua individualidade. No entanto, é crucial destacar que a personalização só é educativa quando supervisionada por um professor que comprehende o contexto e os limites do uso algorítmico.

A IA também é efetiva no campo da acessibilidade. Discentes PCDs (Pessoas com Deficiência) podem ser beneficiados a partir de metodologias assistivas feitas em diálogo com a IA, tais quais leitores automáticos de texto, sintetizadores de voz, legendas inteligentes, tradutores em tempo real e descrições visuais de imagens. Esses recursos não são exclusivos da IA, todavia há uma velocidade maior deles nas plataformas generativas, para além da intimidade geracional que é prevista nesses alunos em relação a esse tipo de tecnologia. Nesse sentido, a IA pode contribuir para o que Freire chamava de “educação como prática de liberdade” (Freire, 1996) ao ampliar possibilidades de participação e aprendizagem para todos os sujeitos, respeitando suas distinções e necessidades requeridas.

A questão da privacidade constitui uma das maiores preocupações da contemporaneidade. Os sistemas de IA operam a partir de grandes volumes de dados, que incluem informações sensíveis sobre os cidadãos que os utilizam — como tempo de resposta, histórico de consumo, preferências cognitivas e até padrões de comportamento. Nesse cenário, emerge o dilema entre o indivíduo e as megacorporações que detêm o poder de coletar, processar e comercializar essas informações. Sobre isso, Luciano Floridi adverte que “a informação é uma extensão do ser humano” (2013, p. 58), o que permite compreender que o mau uso dos dados representa não apenas uma invasão de privacidade, mas uma violação ética e ontológica: ao manipular dados, manipula-se parte da própria identidade do sujeito. Essa perspectiva amplia o debate sobre a responsabilidade digital e reforça a necessidade de uma ética da informação aplicada ao campo educacional. As Recomendações da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (2023) reforçam esse compromisso ao estabelecer que é indispensável garantir “a supervisão humana significativa” (2023, p. 13) e “a proteção da privacidade e dos dados pessoais” (2023, p. 13), sobretudo em contextos escolares. Isso implica defender que o uso de IA em ambientes educativos deve ser acompanhado por professores e gestores capacitados, capazes de compreender como essas ferramentas operam e quais impactos podem produzir sobre a vida dos estudantes. A ética da informação, portanto, não é apenas um



requisito técnico, mas um princípio pedagógico que deve atravessar toda prática docente mediada por tecnologia.

Assim, os resultados e discussões apresentados indicam que o uso ético e consciente da IA pode transformar positivamente a educação básica, desde que seja acompanhado por políticas públicas que garantam privacidade, formação docente e inclusão digital. A tecnologia não é inimiga da humanidade, mas reflexo dela — e, como tal, precisa ser guiada por valores éticos e pedagógicos. Paulo Freire afirma que “a educação é um ato político e ético, por isso não pode ser neutra” (1987, p. 69). Usar a IA de forma justa é, portanto, um ato político: é um modo de facilitar que o conhecimento existente circule, em serviço da educação emancipatória. O uso que defendo da IA requer, ainda, uma postura crítica diante dos algoritmos: o docente que opta por caminhar junto dessas ferramentas precisa compreender seus limites e potenciais, mantendo o bom senso da qualidade do que está sendo feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta ao longo deste trabalho permite concluir que a Inteligência Artificial não é uma ameaça à educação, mas um espelho que termina por refletir nossos valores e inevitáveis contradições. O problema central não está na tecnologia em si, mas nas condições sob as quais ela é utilizada. Tal como o jornal não matou o livro, a IA não matará o bom ensino. Ao contrário, pode fortalecê-lo, desde que se mantenha o compromisso ético com a formação crítica e a autonomia dos sujeitos. Conjurando Paulo Freire em sua fala Paulo Freire (1967, p.38) em sua fala “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”, encaminho essa coragem para a sua tradução na atualidade, que é feita na disposição em dialogar com o novo, enxergando novos caminhos possíveis. Educar em tempos de ascensão da IA é destacar o discernimento, processo que exige coragem, reflexão e esperança. Lembro que Freire diz, em *Pedagogia da Esperança*, que “esperançar é se levantar, é ir atrás, é construir, é não desistir” (FREIRE, 1992, p. 69), e utilizo dessa fala para propor aos docentes que encarar os desafios da atualidade é agir com essa esperança ativa..

O conceito de fair use, adaptado à realidade educacional, surge como um parâmetro prático para achar o equilíbrio do uso da IA no ensino básico: deve-se utilizar a IA de maneira responsável, preservando a autoria e se limitando à finalidade educativa crítica. Mais do que uma regra legal, evidencia-se um compromisso moral de utilizar da tecnologia como ferramenta de emancipação, e não de alienação ou precarização educacional. Do ponto de vista ético, a IA força

à reformulação de conceitos como autoria, privacidade e criatividade. A autoria, como se discutiu, pode também ser entendida como construção compartilhada, um processo de produção coletiva que considera o diálogo do seu feitor com o mundo ao redor. A privacidade, por sua vez, precisa ser tratada como direito humano inalienável. Floridi (2013) lembra que “a violação da privacidade é uma forma de violência ontológica”, pois compromete a própria condição de existência no espaço informacional. Trago a UNESCO para reforçar essa visão ao afirmar que “o desenvolvimento e a utilização da IA devem respeitar a dignidade humana, a liberdade e os direitos fundamentais” (2023, p. 4). Isso implica reconhecer que a ética deve preceder a eficiência, e que o progresso só tem valor se mantiver o humano no centro. A tecnologia deve ser extensão da pedagogia, não o contrário. Nunca o contrário.

Por fim, é importante reafirmar que o medo do novo é inevitável, mas deve ser um incômodo encarado com gosto. Machado de Assis (1859) temeu que o jornal matasse o livro; Belchior (1976) o lembrou, um século depois, que “o novo sempre vem”. Na segunda década do século XXI, a Inteligência Artificial ocupa esse mesmo lugar simbólico: o de desestabilizar, questionar e propor caminhos ainda não inventados. Cabe à educação decidir se vai temer ou aprender com ela. E, como bem lembra Freire (1987, p. 68), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. A IA pode ser, portanto, mais um saber: um saber tecnológico que, guiado pela ética, pode ampliar o caminho de ensinar e o de aprender.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira, 1859.
- BELCHIOR. **Como nossos pais**. In: *Alucinação*. [LP]. Rio de Janeiro: Polygram, 1976. 1 disco sonoro.
- FERRÃO, Mayara. **Álbuns de Desesquecimentos**. [Perfil no Instagram]. Salvador, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/mayaraferrao>. Acesso em: 20 out. 2025.
- FLORIDI, Luciano. **The ethics of information [A ética da informação]**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.



FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

REBOUÇAS, Antônio Pereira. **Discurso Sobre a Utilidade da Instrução em Geral e do Estudo da Língua Latina.** 1847. Manuscrito. Coleção Antônio Pereira Rebouças, Seção Manuscritos, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

ROSSITER, Margaret. The Matthew Matilda effect in science. *Social Studies of Science*, v. London, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

UNESCO. *Implementation of the Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence (AI).* Paris: UNESCO, 2023. 5 p. (42nd General Conference, 2023). Documento 42 C/INF.16. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387369>. Acesso em: 20 out. 2025.